

DESENVOLVENDO AS HABILIDADES DIGITAIS NECESSÁRIAS ÀS CARREIRAS JURÍDICAS NO GRADUANDO EM DIREITO NO BRASIL

Autor(res)

Marcelo Bidoia Dos Santos
Juan Felipe Fernandes Gomez Rodriguez

Categoria do Trabalho

2

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE SERTÃOZINHO

Introdução

No final do século XX se viu uma expansão das tecnologias digitais nas sociedades (Castells, 1999), perpassando agora pelo século XXI. Essa inserção da digitalização ocorre nos diversos âmbitos sociais.

O conhecimento sobre essas tecnologias se torna praticamente obrigatório àqueles que querem se adequar às demandas do mundo moderno, já que sua estrutura é cada vez mais informatizada. Pode-se dizer que do mesmo modo que uma pessoa iletrada ficava à deriva do mundo há algumas décadas, a pessoa que possui nenhum domínio de habilidades digitais se encontra hoje da mesma forma.

Muitos são atropelados pela velocidade das tecnologias digitais, ficando a esmo. Embora alguns relutem esse movimento, ele continua ascendendo.

Nos cursos de graduação de educação superior e nas mais diversas profissões se tornam necessários o desenvolvimento de algumas competências digitais. É o caso do curso e da área do Direito, já que a digitalização se inseriu de forma significativa na área jurídica.

Objetivo

O objetivo do trabalho é descobrir e listar quais são as habilidades e competências digitais que mais são necessárias à formação em Direito e sua prática laboral. Dessa forma, a partir da listagem investigada é possível traçar e organizar proposições e soluções quanto a essa carência formativa

Material e Métodos

Foi realizada uma pesquisa semiestruturada na qual tanto o método quanto o material do trabalho se fundamentaram no conteúdo qualitativo e quantitativo de conteúdos bibliográficos - da coleta de dados retirados de obras de livros, artigos e revistas eletrônicas; de entrevistas com profissionais da área jurídica em exercício (Analista Judicial, Procurador do Estado, Promotor de Justiça, Defensor Público) e da investigação empírica.

Resultados e Discussão

A partir das pesquisas e entrevistas realizadas descobriu-se:

- quais são as principais habilidades e competências digitais, ou seja, as que são mais imprescindíveis ao estudante de Direito na sua graduação e ao profissional jurídico no exercício de sua função.

- que os cursos de Direito não fornecem capacitação digital e tecnológica suficientes para que formado consiga de fato dominar e executar as principais habilidades e competências tecnológicas.
- que os cargos dos MPs dos diferentes estados e regiões brasileiros não exigem formação, habilidades ou competências digitais.
- que no exercício laboral dos profissionais jurídicos entrevistados existe a necessidade de utilização das ferramentas digitais básicas, as quais eles precisam aprender ou dominar por conta própria.

Conclusão

Conclui-se que há necessidade de suprir essa carência formativa aos graduandos em Direito e profissionais da área jurídica. Uma proposta é a de que as faculdades e universidades contemplem em suas grades curriculares dos cursos de Direito o ensino das principais competências e habilidades computacionais. Mais que isso: que essas instituições ofereçam esses cursos computacionais aos já formados que se veem desatualizados digitalmente e promovam o intercâmbio entre discentes e profissionais.

Referências

- BAPTISTA, Sofia Galvão. Habilidades necessárias para o profissional atuar na era da informação: uma reflexão sobre as tendências do mercado. In: Congresso de Biblioteconomia e Documentação e Ciência da Informação, 20., 2002. Anais eletrônicos. Fortaleza: ABC, junho 2002.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- LEITE, Márcia et al. Primeiros textos: alfabetização. São Paulo: FTD, 2001.